



## **A IMPLEMENTAÇÃO DO APL APICULTURA VALE DO JAGUARI-RS, NA PERSPECTIVA DE SEUS ATORES**

Augusto José Pinto Souto<sup>1</sup>

Marcus Erwin Brose<sup>2</sup>

---

1 Administrador, Mestre em Gestão Estratégica de Organizações URI/Santo Ângelo-RS (2013), Doutorando PPGDR Unisc/ Santa Cruz do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0681-2662>.

2 Agrônomo, Mestrado em Administração Pública na Universidade de Londres (2001), Doutor em Sociologia pela Universidade de Osnabrück/Alemanha (2007). Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2015). Departamento de Ciências Humanas/Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Projeto “Adaptação à Mudança Climática”, Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0539-8292>.

O tema a ser investigado neste artigo, verifica a implementação do APL apicultura Vale do Jaguari – RS, na perspectiva de seus atores e objetiva averiguar como foram percebidas as ações do Convênio 014/2015 APL/DPI/AGDI, pelos atores que participaram do referido, na cadeia produtiva apícola, durante o período de fomento externo de abril de 2016 a setembro de 2017. No problema de pesquisa, aborda-se como as relações sociais da cadeia produtiva da apicultura no Vale do Jaguari – RS foram percebidas no território durante as ações, reuniões do convênio pela oferta de capacitações, cursos, palestras e treinamentos; além das repercussões pós convênio? Adotou-se como norteador teórico a Perspectiva Orientada aos Atores para perceber as respostas dos atores envolvidos no processo, além do embasamento teórico: políticas públicas, território, desenvolvimento rural, arranjos produtivos locais no Rio Grande do Sul e o APL apicultura Vale do Jaguari – RS. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, com entrevistas de trinta e um atores selecionados que presenciaram o antes do APL e durante o convênio realizado. Os principais resultados observados foram positivos à proposta de ações informacionais e à importância do fomento externo para a atividade apícola, mas houve críticas pertinentes e outras nem tanto. Atingiu-se o êxito quanto à Lei e Decreto Estadual que regem a Política Estadual dos APLs: o enquadramento e o reconhecimento do APL. Todavia, por ser um APL novo com pouca experiência e tardio no acesso às políticas públicas, deveria aprofundar outras oportunidades.

**Palavras-chave:** Implementação. Atores. Perspectiva. APL apicultura. Vale do Jaguari – RS.

The theme to be investigated in this article, verifies the implementation of APL apiculture Vale do Jaguari - RS, from the perspective of its actors and aims to find out how the actions of the Agreement 014/2015 APL/DPI/AGDI were perceived, by the actors who participated in the above mentioned in the apiculture production chain, during the period of external promotion from April 2016 to September 2017. In the research problem, it is approached how the social relations of the beekeeping productive chain in Vale do Jaguari - RS were perceived in the territory during the actions, meetings of the agreement by the offer of trainings, courses, lectures and training; besides the repercussions after the agreement? Theoretical guidance was adopted as the Actors-Oriented Perspective to perceive the responses of the actors involved in the process, besides the theoretical basis: public policies, territory, rural development, local productive arrangements in Rio Grande do Sul and the LPA apiculture Vale do Jaguari - RS. The methodology used was the qualitative approach, with interviews with thirty-one selected actors who witnessed it before LPA and during the agreement held. The main results observed were positive to the proposal of informational actions and the importance of external promotion for the beekeeping activity, but there were pertinent criticisms and others not so much. The success of the State Law and Decree governing the State Policy of LPAs was achieved: the framework and recognition of LPA. However, as it is a new LPA with little experience and late access to public policies, it should deepen other opportunities.

**Keywords:** Implementation. Actors. Perspective. LPA beekeeping. Vale do Jaguari -RS.

El tema a investigar en este artículo, verifica la implementación de la apicultura APL Vale do Jaguari - RS, desde la perspectiva de sus actores y tiene como objetivo conocer cómo fueron percibidas las acciones del Convenio 014/2015 APL/DPI/AGDI, por los actores que participaron en lo mencionado en la cadena productiva apícola, durante el período de promoción externa de abril de 2016 a septiembre de 2017. En el problema de la investigación, se aborda cómo las relaciones sociales de la cadena productiva apícola en el Vale do Jaguari - RS fueron percibidas en el territorio durante las acciones, reuniones del convenio por la oferta de entrenamientos, cursos, conferencias y capacitación; además de las repercusiones después del convenio? Se adoptó la orientación teórica como la Perspectiva Orientada a los Actores para percibir las respuestas de los actores involucrados en el proceso, además de la base teórica: políticas públicas, territorio, desarrollo rural, arreglos productivos locales en Rio Grande do Sul y la apicultura de APL Vale do Jaguari - RS. La metodología utilizada fue el enfoque cualitativo, con entrevistas a treinta y un actores seleccionados que lo presenciaron antes de las APL y durante el acuerdo celebrado. Los principales resultados observados fueron positivos para la propuesta de acciones informativas y la importancia de la promoción externa para la actividad apí-

## 1 INTRODUÇÃO

Neste escrito, buscou-se explicar sobre o tema implementação do APL apicultura Vale do Jaguari – RS, na perspectiva de seus atores e objetivou-se averiguar como foram percebidas as ações do Convênio 014/2015 APL/DPI/AGDI, pelos atores que participaram do referido APL na cadeia produtiva apícola, durante o período de fomento externo de abril de 2016 a setembro de 2017, implementado no território, assim como repercussões analisadas pós-convênio.

O território é composto por nove municípios (Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul (NES), Santiago, São Francisco de Assis (SFCO), São Vicente do Sul (SVS) e Unistalda), situados no centro oeste do Rio Grande do Sul, com extensão territorial de 11.268,10 km<sup>2</sup>. São considerados os atores: as associações apícolas, empresas do segmento, prefeituras, entidades representativas rurais e dos trabalhadores rurais, órgãos públicos, instituições de ensino, pesquisa e extensão, extensão rural, cooperativa de crédito, apicultores individuais e outras entidades de apoio da atividade apícola.

Utilizou-se, para compreender a expressão “atores”, aqueles que são compreendidos como os indivíduos ou grupos ou instituições, bem como as empresas que participaram das relações sociais e econômicas com interações, conforme a Perspectiva Orientada aos Atores na visão dos autores Long (1989, 2004, 2007), Long; Ploeg (2011), Schneider; Gazolla (2011). Visou-se investigar como as relações sociais da cadeia produtiva da apicultura no Vale do Jaguari – RS foram percebidas no território durante as ações, reuniões do convênio pela oferta de capacitações, cursos, palestras e treinamentos; além das repercussões pós-convênio.

Justifica-se este artigo, pois o segmento apícola é constituído por relações sociais, que segue fracamente investigado, posto que, a apicultura do Vale do Jaguari – RS tem nas suas forças, o ambiente natural, um ecó-

tono<sup>1</sup>, que oferta muita diversidade de flores das matas nativas e flores de campos, além de plantios de fruticultura e eucaliptos, para as abelhas produzirem seu mel, além de outra força, a presença de apicultores desde a década de quarenta do século XX com capacidade produtiva grande, média e pequena nas produções apícolas no território. Assim sendo, considera-se que esse segmento necessita ser mais estudado também nas relações sociais.

A apicultura tem importância, tanto ambiental, que fomenta a sustentabilidade, conforme Couto e Couto (2006), mas também no âmbito social, pois suas relações impactam na agricultura familiar com parcerias para a produção melífera em associações apícolas, ou não com apicultores individualizados (individualistas por opção própria), bem como nas relações econômicas como alternativa de produção e venda de mel para renda principal, ou renda secundária ou auto consumo.

Neste sentido, pode associar-se e com outros possíveis produtos apícolas como a cera apícola (uso apícola, uso em depilações femininas, cosméticos e uso industrial), segundo a Sociedade Nacional de Agricultura (2016), a própolis (antimicrobiano: uso em extratos, cremes ou pomadas, e uso odontológico), a produção de rainhas para reprodução (cultivos apícolas), conforme Couto e Couto (2006) e a apitoxina (substância do ferrão da abelha para uso medicinal), na visão de Dantas et al. (2013), também se verificando o auxílio da atividade apícola na produção de biocombustíveis a partir de processamento dos cereais, como exemplo a produção de canola, Witter; Nunes-Silva; Blochtein (2014), e oleaginosas como a soja.

As relações produtivas ocorrem mais em parcerias do que nas relações de emprego formalizadas, já que existem poucas empresas de médio e pequeno porte atuando intra e extra território, inclusive como exportação direta via porto de Rio Grande – RS.

Ainda, a questão que a apicultura contempla espécies

---

1 Ecótono é considerado como divisa de biomas, no caso bioma da Mata Atlântica e bioma Pampa.

de abelhas, as *Apis mellífera* (abelhas com ferrão) as mais utilizadas para a produção, extração de mel e polinização, segundo Couto; Couto (2006), e existindo, ainda, as *Melíponas* e *Diplonas* (abelhas sem ferrão, abelhas nativas ou indígenas) que oportunizam também extração de mel, conforme Nogueira-Neto (1997), mas sobremaneira a eficiência do processo da polinização e aumento da produtividade em hortas, em cultivos de frutas, estufas de legumes e verduras no incremento da produção de alimentos da agricultura orgânica.

As abelhas sem ferrão, ainda, ofertam a oportunidade de ação contra o estresse, pois proporciona uma opção de lazer para adultos e aposentados em casas, sítios rurais ou praças municipais, na atividade de criação dessas abelhas sem ferrão. (BALLIVIÁN et al, 2008; NOGUEIRA-NETO, 1997).

Este artigo encontra-se das seguintes seções: a primeira, a introdução, constando o tema, objetivo, contextualização e justificativa. A segunda seção é o referencial teórico, a seguir, na terceira seção, tem-se a metodologia utilizada e, na próxima seção, a quarta, os resultados e discussão. Após apresentam-se, na quinta seção, as considerações finais e, por fim, as referências utilizadas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscou-se pesquisar autores que contribuíram nas temáticas: políticas públicas, território, desenvolvimento rural, arranjos produtivos locais no Rio Grande do Sul e o APL apicultura Vale do Jaguari – RS, conforme se apresenta a seguir.

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Lima e D'Ascenzi (2013) expressam em seus escritos, que o verbo implementar deve ter a relação de incluir a necessária ação de portar como objeto uma política

pública, devendo-se realçar as características de uma estrutura normativa da política pública, prevendo as condições dos espaços locais de implementação, as ideias e os valores dos atores executores de forma interdependente. Nesse sentido, devem influenciar a formação do trajeto da política pública e seus resultados, visando-se, além disso, a correlação entre a formulação e a execução.

Os autores acreditam que o trajeto e a formação do processo de execução são diretamente relacionados pelas características e o conteúdo do plano, assim como as estruturas e dinâmicas dos espaços organizacionais e pelos pensamentos, crenças e visões de mundo dos atores executores. Assim, os atores escolhem com base em multimídias, as normas organizacionais, formais e informais, que restringem ou fomentam determinados comportamentos. Sintetizam, ademais, que o plano é um início que será representado e acompanhado pelas forças de poder locais, em situações locais. (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Secchi (2013), aprofunda o debate sobre o ciclo de políticas públicas, nas seguintes etapas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. E Lotta e Favareto (2016) contribuem para os desafios da integração nos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil, e escrevem sobre a importância da dimensão territorial e da integração vertical e horizontal das políticas.

Lima e D'Ascenzi (2017) intentam apresentar um modelo de análise para as políticas públicas de desenvolvimento local, com a proposta e realização de um desenho com as iniciativas produzidas em três cidades brasileiras. Na sua proposta, o modelo consta de quatro categorias analíticas conforme estrutura a seguir:

- 1) Perspectiva do desenvolvimento: multidimensional.
  - a) Economia;
  - b) Desempenho “social” (educação, saúde, cultura, etc.);
  - c) Meio Ambiente, etc.;

2) Endogeneidade: 2.1) Equidade – Impactos desconcentrados na geração de capacidades de agência: do local no global e vice-versa; 2.2) Sustentabilidade – Perenidade funcional entre necessidades, recursos físicos e sociais; 2.3) Participação – heterogeneidade de atores e interesses;

3) Mecanismos de Governança: 3.1) Participação – Normatividade: autonomia, accountability, descentralização; 3.2) Consensualidade (lógica sistêmica) – Manejo de conflitos, construção hegemônica para o estabelecimento de prioridades e objetivos compartilhados; 3.3) Gestão mista – Coordenação, concertação horizontal (entre secretarias e órgãos) e vertical (entre esferas federativas);

4) Campos de atuação da política pública: 4.1) Fomento às redes de empresas; 4.2) Promoção e difusão de inovações; 4.3) Qualificação de recursos humanos; 4.4) Desenvolvimento urbano; 4.5) desenvolvimento institucional. (LIMA; D'ASCENZI, 2017, p.277).

Por sua vez, Dias e Seixas (2020) comentam em seu artigo sobre a territorialização de políticas públicas e indagam sobre estas como um processo ou abordagem ou ambas simultaneamente. Os autores consideram como os pilares do desenvolvimento territorial o ambiental, o econômico e o social e atribuem nas novas abordagens das políticas públicas de base territorial de 2ª geração que visam: “Políticas concebidas e implementadas segundo um quadro estratégico prospectivo elaborado a partir de um dado território, com graus eventualmente desiguais de participação do sistema de atores regionais e locais”. (DIAS; SEIXAS, 2020, p.55). Apontam, além disso, que o novo papel do estado com os ciclos e processos compete: a) agendamento; b) formulação/regulamentação; c) implementação/criação das redes; d) diagnóstico territorial participativo; e) plano de desenvolvimento; f) plano de ação; g) monitoração/avaliação.

Saquet (2019) indica uma questão de debate e investiga a relação entre a abordagem territorial de modo histórico e criticamente, propondo analisar, conjuntamente,

a problemática do desenvolvimento. Sugere uma definição de território que: “É formado histórica, social e naturalmente; contém redes de distintas escalas, identidades e diferenças, relações de poder (dominação, hegemonia, resistência, luta e contra hegemonia), territorialidades e temporalidades”. (SAQUET, 2019, p.28). Ele também faz referência quanto ao desenvolvimento territorial:

Contém vínculos sociais e territoriais, tradição e inovação, confiança e identidade político cultural, dispersão e articulação produtiva, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e sinergia, potencialização das características endógenas de cada comunidade, pertencimento, proximidade e enraizamento; significa, necessariamente, conteúdos públicos e populares, participativos e dialógicos, reflexivos e ecológicos, numa práxis contra hegemônica efetivada de acordo com as singularidades de cada espaço-tempo-território, com suas gentes, necessidades, desejos e ecossistemas. (SAQUET, 2019, p.28).

Echeverri (2009) e Favareto et al. (2015) tem a mesma sintonia e ponderam que no território e suas relações rurais contemplam as dimensões ambientais, culturais, econômicas e sociais, interagindo com o tempo, identificando as complexidades das interações territoriais.

Favareto e Schroder (2007) questionando se o território é um ator ou campo, acrescentam que na abordagem territorial, busca-se a participação social na gestão das políticas públicas e sua transformação em diretrizes de governos são positivos. Mas, uma das condições de eficácia desses instrumentos é justamente a necessidade de sua constante atualização, que, implicando correções de trajetórias, no que tange aos desenhos de políticas, na atuação de organizações sociais e movimentos representativos de determinados grupos ou segmentos rurais.

Nas abordagens territoriais, destacam-se as contribuições de Schneider e Tartaruga (2004), em que salientam as restrições e os limites das abordagens ter-

ritoriais, sendo: a) os fatores externos em diferentes escalas, em nível municipal estadual e federal; b) as participações sociais locais; e c) as questões inerentes aos conflitos entre pessoas, grupos sociais em interface, referentes às tomadas de decisões. Em relação a essa temática, Brandão (2007) contribui ponderando que as multi-escalas, sendo importantes para não segregarem as atuações, podem ser locais, micro-regionais, meso-regionais e outras, que devem dialogar para a eficácia das políticas públicas.

Saquet (2011) cria categorias para análise, visando à explicação e para a atuação em projetos de planejamento e gestão territorial, sendo: a) a processualidade: histórica e relacional, social e natural; b) a totalidade: relações transescalares por meio de redes concretas e virtuais; c) a interatividade: interações, conexões, contradições, simultaneidades, envolvendo as relações essência-aparência, mediato-imediato, forma-conteúdo, espaço-tempo e espaço-território.

As territorialidades, na visão de Saquet (2011, p.10), acerca da abordagem territorial, abrangem: a) relações sociais, de poder, no âmbito multidimensional; b) intencionalidades, objetivos e metas; c) apropriação simbólica e concreta do espaço geográfico; d) práticas espaço-temporais-territoriais, como sínteses das relações sociedade-natureza.

Fuini (2014) apresenta modelos de desenvolvimento e nível de territorialização no seu escrito. Nos modelos de desenvolvimento, demonstra a característica dos sistemas produtivos locais e apresenta, como exemplo, os arranjos produtivos locais. Quanto a desterritorialização, estes modelos de desenvolvimento podem ter fraca negociação coletiva de trabalho e fraca integração entre as empresas do APL.

Em relação à mobilidade horizontal entre modelos de desenvolvimento, estão as redes. Neste aspecto, as redes sociais locais tendem fomentar as cooperações de atores privados-públicos e, assim, facilitam as relações comerciais e de parcerias, inclusive nos serviços especializados. Na reterritorialização, o autor destaca o compromisso locais de saber fazer e as tradições,

compondo a qualificação profissional e promovendo os vínculos da governança intra e extra território. (FUINI, 2014).

Para que a territorialização ocorra, o autor aponta os quatros eixos de análise:

Econômico	Envolve o conjunto das atividades produtivas, infraestruturas de circulação, cadeias de serviços e comércio, mercado de trabalho e as instituições representativas do empresariado e dos trabalhadores.
Político	Refere-se às instâncias de governo locais, regionais e nacionais e às normas e regras jurídicas do planejamento que atuam no sentido de viabilizar as infraestruturas, regulamentar as ações privadas e distribuir os incrementos de renda entre a população.
Cultural	Aglutina o conjunto de tradições históricas atreladas às atividades produtivas, o saber-fazer local, os pactos e convenções firmados, eventos mais significativos, atmosfera industrial, cultura de cooperação ou individualismo.
Ambiental	Diz respeito ao recorte físico de análise, que pode ser visto como recurso natural, e aos impactos socioambientais produzidos pelos aglomerados e redes de produção localizados, ao lado dos acordos políticos para mitigação de danos e a recuperação ambiental inerentes ao paradigma do desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

Fonte: FUINI (2014, p. 30).

Fuini (2014), complementa, referindo-se as escalas espaciais, indicando a escala global das grandes empresas transacionais, blocos nacionais, com difícil regulação que envolvem convenções internacionais. A escala nacional é entendida como local da práxis dos Estados nacionais, do capital de empresas de fora e de dentro do país. Nesta escala, o quadro regulatório tende a ser mais congruente, ocorrendo a articulação da infraestrutura, empresas, pessoas e a economia. Na escala regional, posto que tem as redes locais interagindo, nos segmentos das regionalidades, apresenta capacidade média de regulação com a presença das cadeias de valor. Já a escala local é a menor escala e com características endógenas entre os atores locais e regionais. Interage, assim, com os governos a nível nacional, estadual e municipal. É o local de embates das questões políticas, econômicas e sociais.

Sintetizando as ideias de Fuini (2014), pode-se afirmar que apresenta o entendimento que territorialização compreende o apoderar-se do território em questão, porém, também o perceber das redes que fazem suas relações comerciais, informacionais que são geradas intra e extra território, que o autor denomina como “multi territorialização”. Contribuindo com a temática, os autores Covas e Covas (2013), consideram que as relações dos governos federal, estadual e municipal mais a governança dos APLs são muito importantes e visam ao fomento da abordagem territorial. Assim oportuniza-se o pensar de Saquet (2019) no nexo direto entre a abordagem territorial de forma histórico-crítica e a problemática do desenvolvimento no território.

O autor posiciona-se em relação ao termo desenvolvimento rural:

[...] referindo-se às análises sobre programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) visando a alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos. Mas pode se referir também à elaboração de uma “ação prática” para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro (assim, existiriam diversas metodologias de construção de tal estratégia, bem como um amplo debate sobre seus objetivos e prioridades principais). (NAVARRO, 2001, p. 88-89).

Já o autor Schneider amplia o conceito de desenvolvimento rural, sustentado em outros autores e seus conhecimentos dos seus estudos, sendo que apresenta uma possível definição:

[...] o desenvolvimento rural é definido como um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural de-

terminadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafo-climáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial. (SCHNEIDER, 2004, p.98-99).

Em relação aos estudos de desenvolvimento rural no Brasil, Schneider (2007), apresentou como resultado que estão ligados às ações do Estado e das políticas públicas, mas se posiciona na necessidade de estudar mais em profundidade o papel dos atores do ambiente rural e os processos de mudança social.

Oliveira; Perfán; Conterato (2013) fazem contribuições sobre as temáticas de política de desenvolvimento rural no enfoque territorial. Fazem-no perspectiva de seus atores e suas conclusões apresentam que esses atores percebem o processo de gestão estratégica do território como ações positivas com nível de importância para eles. Assim, permitem o compartilhar de informações e ações em rede, oportunizando a noção de pertencer a esse processo. Dessa forma, a gestão social favoreceu ligações entre o público e o privado.

Porém, os autores elencaram também os principais problemas percebidos pelos atores quando as relações das pessoas e de sistemas de apoio: a) as questões técnicas que repercutem em nível operacional; b) a mudança das pessoas treinadas por outras, não dando continuidade; c) falta de recursos disponíveis para que ocorresse a circulação no território; d) necessidade maior de capacitações no núcleo técnico e operacional; e) problemas de alimentação do sistema informacional; e f) a fluência das informações disponíveis no sistema. (OLIVEIRA; PERFÁN; CONTERATO, 2013).

Por fim, verificaram que os atores territoriais relacionados para a constituição dos Colegiados são motivados mais pelos recursos para financiamento de projetos e menos para a constituição de um projeto de desenvolvimento territorial. (OLIVEIRA; PERFÁN; CONTERATO, 2013, grifo nosso).

## 2.2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO RIO GRANDE DO SUL E O APL APICULTURA VALE DO JAGUARI – RS

No Rio Grande do Sul, conforme Tatsch et al. (2011), o começo da política de arranjos produtivos locais no estado ocorreu no final dos anos de 1990, com a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), na qual foi criado o “Programa de Apoio aos Sistemas Locais de Produção”.

A fase inicial de 1999 a 2002, segundo Tatsch et al. (2011), deu-se no governo de Olívio Dutra, ainda que o termo “Sistemas Locais de Produção”(SLP) esteja diretamente ligado a sistemas industriais localizados ou sistemas produtivos locais, que foi introduzido por pesquisadores franceses, mas aplicados em nível regional nas atividades setoriais do estado.

De 2003 a 2006, de acordo com Tatsch et al. (2011), no governo de Germano Rigotto, houve uma mudança de direcionamento, concebendo os SLP como um Programa de Governo, caracterizando uma política, na qual se iniciou a utilização do termo “Cadeias Produtivas” ao invés de Sistemas Locais de Produção, sendo que nominado como “Programa de Apoio aos APLs”. Novos arranjos foram selecionados, sendo o programa de mais visibilidade foi o “Redes de Cooperação”. Essa política visava fortalecer a governança local e o papel do estado era de regulador.

Na terceira fase, no governo de Yeda Crusius, entre 2007 e 2010, o papel de planejamento e da organização pela SEDAÍ foi substituído pela entrada do SEBRAE, ampliando a função indutora de desenvolvimento, com acréscimos de convênios, na visão de “guarda-chuva”, passando a oito objetivos, sendo um deles “Apoio a Arranjos Produtivos Locais e Redes de Cooperação” e também havia o Programa “EXPORTA-RS”. Somaram-

-se mais cinco APLs no período. (TATSCH et al., 2011).

A quarta fase iniciou no governo de Tarso Genro, entre 2011 e 2015. Conforme Kapron (2013), nessa fase foi promulgada a lei nº 13.839/11, que instituiu a “Política da Economia da Cooperação” e o “Programa de Fortalecimento de Cadeias e Arranjos Produtivos Locais”, que foi regulamentado no Decreto nº 48.936/12, visando harmonizar, integrar e complementar as diversas políticas públicas e privadas de APLs.

Foi institucionalizado o Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT-RS), como instância deliberativa e articuladora da política estadual de apoio aos APLs, sendo composto por 27 instituições públicas e privadas, cujo propósito era executar projetos e ações que promovessem o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais. Suas atribuições constituíram:

- a) Reconhecimento de APLs – Análise do Plano de Desenvolvimento Preliminar;
- b) Enquadramento dos APLs no Programa de Fortalecimento de Cadeias e APLs – através de Edital;
- c) Definição de critérios e forma de avaliação para seleção de novos APLs – Reconhecimento e Enquadramento;
- d) Proposição e integração de ações nos APLs;
- e) Deliberação de critérios para o uso de recursos do FUNDOAPL. O “Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e APLs” foi subdividido em “Projeto de Fortalecimento dos APLs” e “Projeto de Extensão Produtiva e Inovação”. (KAPRON, 2013).

O APL apicultura Vale do Jaguari – RS, foi reconhecido em seis de agosto de 2015, na transição governamental, em que assumiu o governador Sr. José Ivo Sartori, quando concorreu sendo selecionado para o fomento externo e contrapartidas, classificando-se em quinto lugar entre doze aprovados, de um total de 23 APLs que enviaram propostas para o edital 014/2015 APL/DPI/AGDI.

O início do edital foi publicado no Diário Oficial do Estado em 21 janeiro de 2016, página 44, e a verba de fomento externo e as contrapartidas econômicas e/ou financeiras para ações, conforme plano de trabalho vieram a público no mesmo documento em primeiro de abril de 2016. A proposta de trabalho para o APL foi aprovada para “Apoio para Estruturação e Capacitação da Governança”, tendo como entidade responsável, a Fundação da Universidade Comunitária em Santo Ângelo/RS e a gestora, a Universidade Comunitária em Santiago/RS.

### 3 METODOLOGIA

Utilizaram-se pesquisas anteriores exploratórias, descritivas e bibliográficas, para contextualização do território, da cadeia produtiva apícola e dos atores que predominantemente pertenceram à governança do APL, selecionados de associações apícolas, empresas, órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, apicultores individuais que presenciaram o período de fomento externo de 2016 a 2017, e apicultores, totalizando trinta e um entrevistados.

No momento da pesquisa com os atores, foram utilizadas as análises das principais frases empregadas, através da ferramenta de análise de conteúdo e léxica, conforme Bardin (2011), dos respondentes da pesquisa semiestruturada. As respostas nos quadros foram compiladas exatamente como os pesquisados responderam.

Constaram, também perguntas da análise SWOT ou matriz FOFA, advindas de estudos da Administração, conforme Allebrandt et al. (2010), sendo traduzidas para o português: Forças (strengths), Oportunidades (opportunities), Fraquezas (weaknesses) e Ameaças (threats) essas indagações e outras, que forneceriam as visões dos atores sobre a proposta do APL de fornecimento de capacitações, cursos, palestras e treinamentos.

Entende-se, segundo Saquet (2019), que para obter

informações dos demais sujeitos, os atores, deve-se pesquisar:

[...] preferencialmente dos habitantes do território de estudo-ação e dos demais colaboradores. Corresponde à chamada devolução dos dados, aos debates e à redação das análises feitas, servindo de base para o diagnóstico inicial por meio da pesquisa participante, na qual, saber escutar é fundamental na construção do conhecimento territorial [...] (SAQUET, 2019, p. 32).

Na pesquisa, foram adotadas as normas da universidade, com o uso de termo de consentimento livre e esclarecido, informado e assinado pelos entrevistados. Portanto, foi utilizado o software e, na pesquisa qualitativa, foram inseridas as respostas dos textos, conforme análise de conteúdo e léxica de Bardin (2011). Assim sendo, permitiu-se analisar as frases captadas dos pesquisados, e, posteriormente, a obtenção de relatórios das respostas de acordo com as perguntas realizadas.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscou-se pesquisar os respondentes através da entrevista semi-estruturada, com questões que são apresentadas na sequência. Na pergunta, as forças (ações internas) do APL apicultura Vale do Jaguari - RS, as respostas constam no quadro 1.

Quadro 1 – Forças (ações internas) do APL apicultura

VJ? Respostas

- 1: União de interesse;
- 2: Para a empresa, o APL foi um ótimo trabalho. Uma pesquisa que nunca tinha sido feita. Nos cursos, tudo que vem de informação é importante. O APL juntou os apicultores do VJ, se sobressaiu no Estado;
- 3: Aprendizagem de cursos;
- 5: No período houve mais cursos;
- 6: Teve cursos e fomentou o interesse acadêmico;
- 7: Investimento no entorno do VJ, oportunizou capacitação, cursos foram positivos;
- 8: Cursos, união para a categoria apícola;
- 9: Iniciou o conhecimento e o site foi fundamental. Também os contatos e informações com a Emater e pesquisadores;
- 10: Cursos;
- 11: Aproveitou o curso e foi um período de bom preço;
- 12: Aumentou o conhecimento, aprendizagem, pois era iniciante;
- 13: A associação Aviapi;
- 14: Palestras e treinamentos bons;
- 15: O APL mostrou uma renda extra;
- 16: Bastante, principalmente nos cursos de rainhas;
- 17: Estou mais preparado;
- 19: Maior integração de apicultores;
- 23: O pessoal se antenou para a atenção para a atividade;
- 24: Aproximação da proposta regional, houve mais divulgação da apicultura no VJ;
- 25: Os cursos fizeram rodízio de cidades, os cursos e práticas;
- 28: Maior integração entre apicultores;
- 29: A participação em cursos junto à comunidade apícola;
- 30: Comunicação entre os apicultores;
- 31: Divulgação da apicultura, instrução dos apicultores.

Fonte: Pesquisa e organização no software Sphinx (2020).

Para os respondentes, a parte informacional funcionou no convênio, propiciou aumento do conhecimento e trocas de informações na cadeia apícola do território. Na pergunta, a seguir, constam as fraquezas do APL apicultura VJ e as respostas no quadro 2.

Quadro 2 – Fraquezas (ações internas) do APL apicultura VJ? Respostas:

- 1- Não ter chegado ao apicultor, o apicultor é teimoso demais, do tipo “urso”;
- 2- Quem tem teoria, no RS e VJ, são poucos professores de apicultura, temos apicultores;
- 3- Ter feito mais, mas sem verbas, não dá para cobrar nada. Uma série de fatores para que os pequenos apicultores viessem a presenciar, pelo menos os líderes deviam participar;
- 6- Não tem gente especializada para ministrar aulas e técnicas;
- 7- Nada fraco, correspondeu ao esperado;
- 8- Esperava mais da parte financeira, mas o trabalho não era de dinheiro a fundo perdido, e sim sobre adquirir conhecimento das Boas Práticas Apícolas;
- 9- O governo investiu pouco foi o mínimo;
- 10- Não recebeu convite, informação não chegou;
- 11- Pouco interesse dos apicultores nos cursos, muito individualismo;
- 12- Mais cursos práticos, fim de semana seria melhor;
- 14- APL ficou muito especialista administrativo, faltou especialista de apoio técnico diretamente nos apiários;
- 15- Satisfeito;
- 17- Só curso, teria que ter mais locais de venda e apoio para a casa do mel de Mata;
- 19- 100% dos apicultores foram atingidos pelo evento de outubro de 2018 (em Mata), outro problema é o individualismo. A casa do mel não andou, pois, uma família tradicional são separados da associação, são os mais fortes (em Mata);
- 22- Pouca ação do APL em Capão do Cipó, só cursos e dados, sem um retorno do APL;
- 23- Faltou assistência técnica no conjunto, não vingou a ideia das empresas apoiarem a assistência técnica. O IFF-SVS provém alunos, aulas e as empresas? O empreendedorismo dos alunos? Os alunos tem foco nas atividades de remuneração, soja, gado de corte. Falta mais comunicação, informação e reporte;
- 24- O projeto de assistência técnica que não vingou;
- 25- A Annamel teve e participou, a Apicomel necessitava de

Fonte: Pesquisa e organização no software Sphinx (2020).

As críticas foram direcionadas ao APL por não abranger todos da apicultura do território, mas os próprios respondentes têm a sensibilidade de entender que os

apicultores, em alguns casos, não quiseram participar por vontade própria, ou não foram contatados pelas comunicações do APL, exemplo do respondente 10: “Não recebeu convite, informação não chegou”, ou respondente 29: “Motivação dos apicultores para participação”, ou seja, a falta de motivação própria dos apicultores.

Outra crítica percebida foi a dificuldade para reunir pessoas com conhecimento teórico e prático em apicultura, profissionais técnicos, professores em apicultura, que ofertassem as capacitações, cursos, treinamentos. Isto é uma realidade no Vale do Jaguari e no Rio Grande do Sul, verificando-se uma demanda que está reprimida.

Os representantes de Nova Esperança do Sul, principalmente os apicultores, fracamente aderiram à proposta do convênio, porque são apicultores com finalidade de renda secundária. Muitos argumentaram que a apicultura para eles é uma atividade secundária, portanto é não prioritária, e, apesar de morarem na cidade, não queriam dispendir tempo a noite para capacitações, cursos, treinamentos, de modo que não seria de interesse deles, pois preferiam ficar com suas famílias e, durante a semana, trabalham. Por outro lado, aos apicultores de renda primária, habitando no interior do município, deslocarem-se do interior para a cidade, pouco interessava (apesar de que o município ter pouca extensão territorial). Mas alguns poucos, informaram que tinham os cursos ofertados, e não quiseram fazer atualizações.

Havia, também, a expectativa de um novo convênio que fornecesse assistência técnica gratuita contemplando o APL, mas isto não ocorreu, frustrando alguns. Em São Francisco de Assis, um presidente de associação apícola não participou porque só se interessaria se viesse dinheiro a fundo perdido, o que não era a proposta do convênio. Estes, em resumo, foram os principais pontos fracos do APL, porém salienta-se a resposta do respondente 11: “Pouco interesse dos apicultores nos cursos, muito individualismo” (grifo nosso).

A seguir, a pergunta, refere-se às ameaças do APL apicultura VJ, e as respostas estão no quadro 3.

Quadro 3 – Ameaças (ações externas) do APL apicultura VJ? Respostas:

- |   |
|---|
| <p>1: Veneno é o que dificulta a atividade apícola e a tendência de piorar o preço;</p> <p>2: Vilão é o agrotóxico em 2016-2017 não era um grande problema, hoje tá muito mais, aumentou 60%. O individualismo é uma fraqueza. Outra fraqueza é a Lei estadual da apicultura está parada no legislativo. Na saúde das abelhas, o desmatamento, o agrotóxico, as redes de luz e de rádio frequência afetam as abelhas;</p> <p>3: Intempéries. As abelhas tiveram que comer suas reservas alimentícias, o mel. Os venenos, os inseticidas é muito grave. As autoridades devem tomar uma decisão, vamos perecer pela falta de polinização;</p> <p>4: Os venenos da soja, o Fipronil contamina o mel, o herbicida (secante) não mata a abelha. As intempéries de 2016-2017, na primavera, foram perdida. Só abril 2018 houve flor, mas a abelha não coletou o mel;</p> <p>5: Venenos, perdeu 35 caixas. Não teve pesquisa do princípio ativo utilizado, mas foi antes do plantio do trigo (no outono);</p> <p>6: Aumento da soja, mais venenos, mais produtos vindos do Uruguai contrabandeados. Mais mortandade de abelhas. Não tem fiscalização, nem responsabilidade técnica. Tinha que ter uma entidade protetora e entusiastas. A China, Índia, Finlândia colhem mel verde (sem estar pronto, maturado) e a indústria seca. Esse mel, é barato e sem qualidade, vende para mercados importantes;</p> <p>7: Os defensivos causaram perdas, mais de 850 colmeias perdidas por venenos e foram registradas na Inspeção Veterinária de Cacequi, inclusive na Polícia Civil e Secretaria da Agricultura;</p> <p>8: Após 2017-2018, caiu 50% a produção e o preço também. A primavera (clima e mais agrotóxicos) na aplicação do soja, prejudicaram;</p> <p>9: Problemas climáticos, bastante instabilidade, mas na primavera, que aumenta grande a produção (época de safra), no caso específico não foi afetado pelos venenos, pela micro região e floresta que se localiza;</p> <p>10: Cem enxames perdidos pelo Fipronil com comprovação, hoje o preço de R\$ 6,50 o quilo, a chuva de pedra e ventanias prejudicaram os apiários;</p> <p>11: Temporais na região do “Boqueirão” – Santiago, atrapalhou muito e teve umas geadas fortes, após novos temporais em 2017;</p> |
|---|

Fonte: Pesquisa e organização no software Sphinx (2020).

Os respondentes quase unânimes em relação aos danos das lavouras de soja no uso de venenos, agrotóxicos matam as abelhas e causam perdas das caixas apícolas. Também foram muito citados os danos causados por intempéries, tempestades nos apiários e na produção de mel. Além disso, a redução de preços do produto mel no mercado internacional, após o término do convênio, visto que o APL não tem gerência sobre o mercado internacional.

Na pergunta Oportunidades (Ações externas) x 'Classificação': Respostas características no quadro 4.

Quadro 4 – Oportunidades (ações externas) do APL apicultura VJ x classificação? Respostas:

**Classificação = Pequeno apicultor (1 a 50 caixas):**

- Alta de preço no período, de R\$ 12 o quilo do mel , hoje está a R\$ 6,5 -7 reais o quilo; - Tem produtos químicos que não prejudicam as abelhas; - Necessita de aprendizagem e a possibilidade de aumentar a produtividade da lavoura com informação, se interessaram para incrementar a renda com qualidade de vida; - Mobilizar os Deputados da região, comentou que os políticos devem saber que os venenos prejudicam a natureza; - O APL aumentou os cursos e deu oportunidade de conhecimento e incentivo para a criação da Aviapi (associação apícola de SVS); - Preço no período foi muito bom, permitiu ter conhecimento e mais estímulo; - Cresceu em qualidade, produtividade de 10 quilos para 30 quilos caixa ano; - Há empreendedores como o apicultor Jailson em Mata; - O preço alto ajudou no período, na evolução, na produtividade e manejo - Parceiros Senai , Sebrae e APL; - Gosta da atividade, porém a esposa reclama, pois diminui a presença do esposo nos fins de semana; - Importante limpar o ninho que fortalece o enxame; - A limpeza dos caixilhos e isso deu mais mel; - Mais curso melhor é que gerou mais união. É mais fácil unidos na dificuldade na Apisma (associação em Mata); - Oportunidades do manejo, alimentação e cuidado; - Faz ir para os apiários, se empolgou com a atividade; - De conhecer a apicultura no Vale do Jaguari, conquistas e entraves para produção apícola;

**Classificação = Médio apicultor (51 a 200 caixas):**

- Melhor colheita em 2016, preço para exportação estava em R\$ 12,70 o quilo. Hoje está em R\$ 7,80 o quilo; - Oportunidade de demonstrar trabalho e reconhecimento dos municípios do VJ; - Aumento de caixas apícolas; - Preço diminuiu para R\$ 6,70 o quilo; - Muitos vendem em casa informalmente; - A vigilância sanitária exige as normas em SVS ; - Fortalecer-se como organização, auxiliando a cadeia por meio da organização da mesma; - Aumento da produtividade e técnicas de produção; - Antes o mel estava a R\$ 12 o quilo, hoje está a R\$ 6; - R\$ 11,50 o quilo do mel, - Preço alto da época, o mel com

preço a R\$ 11;

**Classificação = Grande apicultor (201 a + caixas):**

- Vende em três mercados em São Francisco de Assis. Têm frequência de entregas de 15 em 15 dias e com inspeção sanitária municipal (SIM) e as vezes no inverno aumenta a frequência de vendas; - E vendia para a Apicomel ; - Bom preço R\$ 10-12,00 o quilo; - Para os outros apicultores somou muito por que não sabiam nada, sempre se aprende, mas a prática é fundamental; - Antes preço bom e comércio melhor; - Visibilidade maior e apicultores se especializaram; - há mais jovens apicultores; - Na Linha 8 há 6 a 7 novos profissionais jovens; - Preço acima da média histórica; - R\$ 11,50 o quilo;

**Classificação = Governança APL:**

- Informalidade, mudou por que houve a exportação; - A negociação é diminuída; - Hoje o preço está fraco no mercado, o volume existe, mas a arrecadação é pequena; - O tributo é mínimo na atividade com a venda a granel; - A empresa comercializa com supermercado a 21% de tributo para a empresa (alto considera); No início do APL o preço era bom R\$ 12 o quilo do mel; - Mais a motivação dada pelo APL na comunidade, nos colégios e os mercados foram fomentados pelo “Dia do Mel na praça”; - Houve distribuição de sachê de mel e a Apae participaram, degustaram; - Houve o despertar para a atividade apícola, na comunidade de SVS, na instituição; O IFF-SVS refletiu num universo maior da região; - Hoje a Aviapi está forte; - Preços de R\$ 15 o quilo do mel orgânico e R\$ 12 o quilo do não orgânico, preço alto ;

Fonte: Pesquisa e organização no software Sphinx (2020).

Nas oportunidades, entre os que participaram da oferta informacional, muitos cresceram nesta questão, aumentaram suas produtividades pelos conhecimentos adquiridos e quem estava com prontidão, ou seja, estruturado, planejado e organizado, aproveitou mais o momento de alta dos preços internacionais. Mas, como a atividade apícola, é uma atividade de risco, com oscilações de ciclo de alta e baixa nos preços de mercado do mel.

Portanto, o aproveitamento da oportunidade para os iniciantes passa pela oferta do aumento informacional, reduzindo os erros das ações produtivas e aumentando a eficácia na atividade, ou seja, o aumento da produtividade apícola com o fator tempo adicionando aprendizagens. Porém, a atividade apícola pode ser influenciada por fatores externos, como intempéries, vendavais e

os venenos destruindo as colmeias e as abelhas, sendo assim verificaram-se ameaças na atividade.

Na pergunta quais as relações de poder vs. 'classificação': Respostas características no quadro 5.

Quadro 5 – Relações de poder vs. classificação

**Classificação = Pequeno apicultor (1 a 50 caixas):**

- A URI tinha poder, conhecer a cadeia apícola; - As empresas estiveram ativas, apoiaram e compareceram; - O Sindicato Rural de Jaguari não esteve presente, mas perderam muito sobre as informações; - A Emater sempre apoiando e orientando; - Houve vantagens para as associações, nos municípios e empolgação pelo fomento; - O poder público fechou o olho em Mata, a prefeitura municipal, não fomentou "um sacrifício"; - Pouca assistência técnica da Emater como alternativa de renda; A Emater Capão do Cipó apoia a parceria - A prefeitura é nota 2,5 de 5 pontos em Capão do Cipó; - Falta o decreto de aprovação e processos para contratar os técnicos, com o poder de tomada de decisão em Capão do Cipó; - A URI, IFF-SVS, a Prefeitura de Santiago participou com a secretaria da agricultura; - Conseguiu mudas com o APL, era antes na Emater com o técnico Cadó; - Prefeitura de SVS ajudou, assim como a Emater; - O IFF-SVS é parceiro e participaram muito, com a equipe de alunos, o enxame em vidro; - Através do Prof. Jairo do IFF-SVS o conhecimento os apicultores trocaram informações e aumentaram; - Houve ganha-ganha com os cursos; - Ensino na URI e inteligência; - Prefeitura de Mata não apoiou; - O Estado funciona assim, Emater ajuda, mas não muito; URI com poder; - Emater, palestrante Sanderlei muito bom; não sabe outros que tiveram poder;

**Classificação = Médio apicultor (51 a 200 caixas):**

- Quem teve mais poder era a URI, principalmente por que trabalham com a agricultura familiar e o mel orgânico; - A Accamel de Cacequi tem 70% de DAP, predomina a agricultura familiar; - Atrapalha no poder de barganha com o sistema; - A Emater, antes não ajudava, hoje participa mesmo; - A diferença que o técnico é apicultor; - A prefeitura de Cacequi tem comodato na obra da casa do mel; - É atuante antes e durante o período do APL; - URI com o poder de conhecimento; - A prefeitura de Santiago como importante parceira; - Emater de Santiago teve em alta nos anos 80 e 90 na apicultura, no auge o Técnico Zeca e outros; - Depois das demissões, enfraqueceu para a apicultura; - Em 2000-2010 não havia especialistas em apicultura; - Nas reuniões era pactuado um consenso; - A URI tinha poder; - O IFF-SVS pouco; - A Emater com grande relevância como parceira, inclusive a prefeitura de Cacequi; - Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cacequi parceiro atuante; - A prefeitura de Nova Esperança do Sul tentou fazer a associação; - Não sabe por que não funcionou; - A Emater de Nova Esperança do Sul, só notícia o preço; - Falta comprador e não ajudam na assistência técnica; - URI tinha poder; - A Emater não ajudou

em Unistalda; - Tinha problema no presidente da associação Auapi (associação em Unistalda), não era interessado; - houve

mais interesse na associação Auapi com a mudança de gestão; - A Emater participou forte, organizaram a Aviapi; - Apicultor ganhou conhecimento com as ações do APL, induziu a movimentação; - O IFF-SVS parceiro; - Prefeitura SVS pouco; - Outros não sabe; - Da Emater em 8-10 anos recebeu 5 caixas do Deputado Luiz Carlos Heinze; - A URI, as associações de apicultores, e IFF-SVS, a Emater SVS, forte relação de poder; - Poder com a URI; - A prefeitura de Unistalda não se envolveu, nem tinha conhecimento da Guia de Transporte de Animais, para as abelhas; - No meu ponto de vista só tem pontos positivos a coordenação do APL;

**Classificação = Grande apicultor (201 a + caixas):**

- A Arsa (associação de Santiago) tem poder para as painéis de les, preferências internas entre os associados; - A Arsa é para os grandes apicultores e a parceria para os pequenos co local nas florestas, não funciona; - Pagou R\$30,00 de arrendamento por caixa e não colheu por causa dos venenos; - Há uma disputa 'por localização dos apiários, concorrência interna; - Se incomodou por causa dos roubos, por que apicultores roubaram de apicultor; - 4000 kg de mel; - Assismel (associação de São Francisco de Assis) sem vontade e sem liderança. Em SFCO quem assumiu é que faz; - A URI, teria que agradecer a quem se empenharam; - Não sabe; - O projeto tem prazo determinado 2016-2017. Hoje estão cortando verbas; - Sindicato Rural e o Sindicato de Trabalhadores Rurais; - A Emater mais ensino do que prática; - A prefeitura de Mata muito pouco; - A URI, restante não sabe comentar; - O IFF-SVS cursos de alimentação e Varrôa (Ácaro parasita); A Emater em Nova Esperança do Sul é zero, não se envolvem. A prefeitura de Nova Esperança do Sul não se envolveu; - Não sabe;

**Classificação = Governança APL:**

- Certamente o conhecimento é a URI; - A nossa empresa e a gestora usufruíram; - Armazenaram informações; - Há um convênio oficial entre a empresa (Apiário Padre de Assis) e a URI; - Há poder na geração conjunto de informações do APL, URI e a empresa, mais a UFSM; - Outras entidades: as prefeituras têm muito que contribuir em outras parcerias, porém não amadureceram o suficiente e também estão esperando por nós; - Na época todas deram apoio (as Prefeituras); - A prefeitura de São Francisco de Assis, buscou nos contatar (Pós período de fomento), mas o evento não se realizou; - O IFF-SVS é governamental, tem dado há muito tempo que vem dando apoio a apicultura; - Somos parceiros o IFF-SVS e a empresa (Apiário Padre de Assis); - Dez anos atrás um técnico e o Dr. Gustavo Pinto, que era professor lá na época, e um aluno e a UFSM estudaram um alimento nutritivo para a abelha, a proteína na alimentação; - Quem não quis participar, tenho que falar, foram os apicultores profissionais os que migram, não tem dado apoio ao APL; - Lamento dizer que os grandes - Migratórios não quiseram participar; - Quem mais recebeu o apoio do APL foram os pequenos; - O médio apicultor tem mais informação, mas também podem ser autossuficientes, é muito complicado; - O APL trabalhou mais para os pequenos, deu mais informação; - O apicultor pequeno que não quis ir, uma que está distante da atividade e a desconhece. Ele acha que sai de casa, perde de trabalhar nas suas abelhas. Mas trabalha nas abelhas desinformado, os pequenos pela tradição; - Vê nos dias de campos os pequenos interessados para questionar junto quem

tem conhecimento regional; - Houveram movimentos entre os parceiros; - Sindicato Rural, Emater e Prefeitura de SVS; - Houve apoio irrestrito da Prefeitura de SVS, fecharam a rua coberta e enviaram os servidores; - A Emater ajudou bastante e o Sindicato Rural, com recursos, ressaltou o entrevistado a atitude proativa do Sr. Roberto Leitão, Presidente do Sindicato Rural e a URI; - Hoje segue o contato, apesar de um período de “stand by”, mas a matriz está sedimentada; - Os apicultores participaram de 2 ou 3 reuniões, após foram distantes em Capão do Cipó; - A Apicipó (associação de Capão do Cipó) existe, mas não sabe o andamento; - A prefeitura de Capão do Cipó não apoiou. No dia do mel produtores e Emater apenas; - A URI o projeto funcionou em equipe e a prefeitura também funcionou; - A Emater muito ajudou e a Accamel (associação de Cacequi), também; - A Accamel está no selo Sabor Gaúcho; - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais sempre apoiou em Cacequi; - URI com poder de conhecimento e o financeiro pelo plano de trabalho; - A Emater Jaguari não participou e a prefeitura de Jaguari foi omissa, mas não atuou; - O sindicato rural de Jaguari pouco participou;

Fonte: Pesquisa e elaboração no Software Sphinx (2020).

Na percepção dos respondentes em relação ao poder no APL, muitas respostas indicam que a universidade tinha poder, a empresa Apiário Padre de Assis, a Arsa, também tinham poder. Após, observa-se, em menor proporção, a prefeitura de Santiago. A Emater e IFFarroupilha SVS aparecem como fortes apoiadores, a associação Accamel destacou-se em Cacequi.

Na pergunta qual a importância do fomento externo para o APL, se houve? Vs. ‘classificação’, respostas características no quadro 6.

Quadro 6 – Importância ou não do fomento externo ao APL vs. classificação

<p><b>Classificação = Pequeno apicultor (1 a 50 caixas):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Muito importante; - Praticamente não se pode fazer nada;</li> <li>- Com recurso vieram muitos encontros e muita aprendizagem para os apicultores; - Quantidade e qualidade dos cursos atendeu aos interesses dos apicultores, principalmente os novos; - Retorno de mercado, apoio para a criação de leis, o SIM e SUSAF; - Apoio de recurso de parlamentares para incremento da atividade; - APL fez propaganda para o consumidor aumentar o consumo; - Pena que parou; - O APL deu visibilidade a atividade, só traz benefícios com o investimento para a saúde, a renda e a qualidade de vida; - Foi importante para a cadeia produtiva apícola do Vale do Jaguari;</li> <li>- Quanto pode ter oportunidade de participação em cursos, técnicas entre outras; - É importante, não deveria ter parado;</li> <li>- Sem conhecimento, não se produz; - O fomento externo é fundamental para a produção, estimulando o conhecimento;</li> <li>- Foi importante, quantos foram lá conseguir conhecimento através do convênio é um investimento; - Mas é com certeza, ajuda o negócio apícola a pegar mais jeito, é importante fornecer conhecimento aos apicultores; - Sim, importantíssimo para incentivar o apicultor; - Sim; – favorável;</li> </ul> <p><b>Classificação = Médio apicultor (51 a 200 caixas):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Totalmente sozinho ou em associação, necessita um apoio governamental; - Citou quatro áreas do apoio técnico que se poderia evoluir: no cadastro, na questão ecológica, na comercialização e no mapeamento de área apícola pelo APL ou parceiros de área apícola em SVS; Tiveram através do dinheiro para pagamento de cursos, palestras e infraestrutura, mais as parcerias; - Outra, com o projeto do APL e uma continuação com características idênticas que no período estivemos em evidência, e hoje estamos desassistidos;</li> <li>- O APL trouxe apicultores de mais municípios na URI, fez a diferença e descentralizou nos outros municípios; - Foi importante que além de cursos, aproximou os apicultores; - Muito importante, grande valia; - Acredito que essa política de governo, fomentando, algo deveria continuar para mais capacitações; - Sim, houve importância, pois permitiu toda a logística para o desenvolvimento do projeto; - Seminário de apicultura, dia do mel na praça, participação em eventos;</li> <li>- Não sabe, necessita de uma mão da prefeitura de Capão do Cipó, do governo para a atividade; -Nem sabia o que era APL; - Foi muito positivo o fomento externo; - Não houve importância;</li> </ul>
--

**Classificação = Grande apicultor (201 a + caixas):**

- Abriu a empresa após o APL existir; - Basta o governo tomar iniciativa; - APL e a URI, não seriam atendidos; - Usam dinheiro a fundo perdido, depende do governo que entra; - Cita o exemplo do Sabor Gaúcho; - A destinação seria 100% para a apicultura de empréstimo para melhorar a atividade; - Crítica o pequeno apicultor ,muitos não aderiram ou por serem teimosos e isolados; - Era bom o auxílio do poder público; - Em

Mata pouco o governo estadual atuou para a apicultura; - Não utilizaram nada do APL; - Sim foi bom; - Foi importante; - Não sabe ; - Não;

#### **Classificação = Governança APL:**

- Cursos pouca ação, já havia cursos do Senar, não houve novidade os básicos e avançados; - Ficaram desgostosos por que os recursos do APL eram só para capacitação para o mel, e não para outras etapas; - O SIM em Capão do Cipó não está implantado, não está funcionando, apesar que o SIM está mais simplificado hoje; - Hoje necessitava continuar o apoio governamental, por que os municípios a condição financeira não está boa; - É ruim a perda de apoio financeiro; - A Assembleia Estadual mudou na eleição, pararam o investimento no APL e hoje nós temos que se deslocar com recurso próprio; - Não haveria o trabalho realizado, muito importante; - Havia necessidade de investimento na área de produção apícola, para o pequeno apicultor ter o financiamento Feaper do governo de RGS; - Desconhece; - Não ficou claro o reporte; - Sim para alguns apicultores; - mas poderia ser melhor utilizado;

Fonte: Pesquisa e elaboração no Software Sphinx (2020).

Basicamente os respondentes foram favoráveis ao fomento externo ao APL apicultura VJ, mas não ocorreu a unanimidade, inclusive um respondente comentou que não foi importante. Na próxima pergunta comentários vs. classificação, no quadro 7, as respostas.

#### **Quadro 7 – Comentários vs. classificação**

##### **Classificação = Pequeno apicultor (1 a 50 caixas):**

- Sempre foi 2ª atividade e apicultura fixa; - Vendeu 60 caixas por que dá muita mão de obra e falta tempo, está atuando como lazer; - Os problemas dos agrotóxicos não o afetaram; - Sugeriu que um técnico agrícola, multifuncional, seria o ideal para atender 10 ou 12 famílias, mudaria as propriedades rurais; - O ciclo da soja é monocultura, diferente de diversificação para a produção da agricultura familiar, portanto a revolução verde, o princípio das fumageiras; - Tiraram o porco e galinha das pequenas propriedade, não tiveram sucesso; - O fumo mais outras atividades mantinha a renda: terneiro, ovelha e apicultura; - Pós o ciclo do APL, houve dificuldade, parecia o prático, houve a diminuição do coletivo e voltando ao individual; - Com a mortandade das abelhas em Mata, dispersou, virou problema coletivo e saiu da discussão a oportunidade apícola; - É da Apicipó; - A associação está diminuindo no início tinha mais de 20 apicultores, hoje são 10 atuantes; - Muda o governo Sebrae, mudou o foco fora da apicultura; - A associação Apicipó, tem custos e pagamentos pelas contribuições e taxas atrasadas; - Reunir os sócios tem que contribuir “desembolsar dinheiro - o retorno”; - Comenta que uns se associam, mas não pagam as taxas, tem que tirar o dinheiro do bolso, é um problema; - Poucos agricultores de

Soja que respeitam os apicultores. Maior parte não dá bola, segue seus manejos; - Existe o herbicida e inseticida contrabandeados, do Paraguai é falsificado, e do Uruguai é mais concentrado, porém mais barato; - Problema é o uso, falta respeitar os horários. Exemplo, Fipronil pulverizado mata a abelha, dependendo do horário, exemplo, à noite e madrugada não haveria tantos danos; - Não é a atividade principal, vê vídeos no *Youtube* e a aplicação no tempo; - Critica o contrabando dos produtos do Uruguai; - Não atendem às nossas normas permitidas pela Anvisa, problemas de câncer, advém dos defensivos; - Obteve conhecimento na troca de cera, na rainha melhorada e nas limpezas de caixas; - O apicultor não é apenas coleta; - Critica a atitude de alguns “apicultores” que alteram o mel, o mercado reage negativamente contra todos, os bons (honestidade, qualidade) e maus; - Familiares estão aderindo a apicultura 5 jovens e 4 adultos; - Não saiu a “casa do mel” de Mata, não quiseram se associar na cooperativa em São Gabriel-RS; - Não interessaram os apicultores de Mata, pois tinha que vender com exclusividade; - Em Mata, vende na Apicomel; - Compradores devolveram o mel comprado, no pós evento de Mata<sup>2</sup>, tinham medo que o mel estivesse contaminado; - Deu na TV de Santa Maria e estadual; - O mel danificado não foi colhido, por outro lado, muitos não querem ceder o espaço para criação por medo de represália; - Não querem a investigação (Mas houve pelo Ministério Público e Polícia Civil); - Tem como 2ª atividade a apicultura; - Depois dos cursos um apicultor aumentou 80%; - O próximo passo é a “casa do mel” em SVS, dentro das normas; - O local é uma escola desativada, próximo ao IFF-SVS; - A verba da união para a “casa do mel”, ou municipal, no mínimo, agregando valor através da Aviapi focando no associativismo; - A casa do mel terá padrão de coleta, extração e envase para venda; - E terá equipamentos do Governo do RGS; - O APL pode expandir mais além da saúde e renda extra, e a questão do ambiente na polinização; - o APL “caiu do céu”; - 2ª atividade, a prefeitura de Santiago cedeu a estrutura completa na cooperativa do mel, os apicultores não souberam aproveitar; - Necessário a vantagem do cooperativismo; - Morreram quase todas as colmeias, ficou com duas de quinze; - Não soube a causa, morrendo aos poucos, mesmo com comida; - Até o inverno morreram todas; - Tem lavoura de soja ao lado; - Faltaria alguém, uma cooperativa, nesse trabalho; Mantive como 2ª atividade de renda; - Tem pouco tempo, mas tem três apiários em Monte Alegre, Unistalda e na Porteirinha; - Paga percentual de colheita aos proprietários; - Ter conhecimento e se informar com outros apicultores; - Não tem cooperativa, os pequenos teriam mais renda; - Cooperativa tem que ter gestão; - Com a 2ª renda na apicultura, menos força, cada um por si; É feirante e está na Aviapi com 2 anos; - De 3 a 4 caixas se flagelaram; - Pai tinha 104 caixas, só de mato: unha de gato, angico preto e cipó do mato, o mato sempre tem flor; - Depois que mudou para SVS só mel de eucalipto, maricá, pitangueira e do arvoredo; - Pretende ficar com 20 caixas bem cuidadas; - No futuro, torço para que o Governo do Estado retorne o fomento para a atividade, como uma atividade social e de renda; - Há necessidade de mais apiários, com formalização e necessita ter firma; - O quilo de mel no comércio de Curitiba - PR estava em R\$ 39 o quilo; - Há oportunidade de empreender, mas a burocracia e as normas são uma ameaça;

2 Ver Jornal O Recado da Terra, “Vida ameaçada por agrotóxicos”, página 7, outubro 2019.

- Para quem participou, quando foram convidados, foi válido os cursos e seminários sobre apicultura e manejo apícola;

**Classificação = Médio apicultor (51 a 200 caixas):**

Apicultor, participou de reuniões e os dois seminários apícolas; - A Arsa, queriam que na Linha 8 criar uma nova associação, depois voltaram atrás; - Ainda a ideia da região são muito individualistas, negam a associação; - O individualismo é mais nos apicultores grandes com mais equipamentos, caminhões acham que não é necessário a associação e o movimento do APL; - Os pequenos apicultores não participaram por falta de estímulo próprio, desinteressados; - Não por falta de comunicação, ficaram sabendo pelas rádios e mídias; - O desafio é mobilizar os apicultores, a Arsa em prol do APL; - IMPORTANTE: Reativação do contato com a Câmara Setorial da apicultura e meliponicultura, pelo atual coordenador do APL e para a Lei Estadual ser promulgada; - O APL apicultura VJ não perca o contato com o governo do Estado; - 15 anos trabalha com abelha, não é da associação Apicipó, não gosta da associação, a associação são uns “fura olho”; - 20 quilos por caixa é difícil por causa dos agrotóxicos, usa apiários fixos e o filho ajuda; - Cresceu com agricultura, quebrou várias vezes com a cultura da soja; - Vende mel para intermediários, a Apicomel está difícil os pagamentos, vende para Santo Ângelo – RS; - Há ainda falta de alimento para a abelha e muita concorrência de apiários; - O poder econômico da soja em Capão do Cipó é fortíssimo; - Na beira das estradas desmatam as árvores, o que vai ser da natureza daqui a 10 anos; - A 28 - 30 anos começou a atividade da soja no município de Capão do Cipó; - Falta construir uma casa do mel em Capão do Cipó, com utilização de maquinários para envase nas normas; - É tesoureiro da Aviapi, tem a apicultura como 2ª atividade; - Com a diminuição da venda não é suficiente, o informal age; - O APL deve fazer um cadastro para venda dos pequenos; - O problema é a comercialização, com o preço de 11,00 a 13,00 reais o quilo; - Alguns apicultores estragaram o mercado, fazendo coisas erradas; - A Aviapi está engatinhando, o maior projeto é a construção da “casa do mel” com a compra de equipamentos, na mesma ideia da associação Accamel de Cacequi; - O Fipronil, as caixas de abelhas são perdidas; - Realçou a construção da parceria agricultor, apicultor, Emater além do Sindicato Rural SVS e outros; - SVS fez uma movimentação em 2015, tinha 8 a 9 apicultores, hoje SVS com a Aviapi tem cadastrados uns 30 apicultores pela Emater; - O APL ajudou a fomentar na região de SVS; - Mais de 10 anos como apicultor; - O povo não se une, são individualistas, a união se todo mundo pegasse junto; - Venda tem, mas o desenvolvimento dos pagamento, estão atrasando o pagamento e tem produção a receber, 1.850 kg - e 2019 1.995 kg; - Está com vontade de mudar de comprador; - Em outubro, novembro 2018 tinha 5.130 kg; - Em março de 2019 não deu nem a metade da produção; - Perguntei por que não tem associação apícola em Nova Esperança do Sul, respondeu que queria saber, também; Antes não havia cursos, e no período teve; - Não tem recurso de indenização ou conscientização com agricultores, no caso de envenenamento; - Em 2016-2017 era iniciante; - Em 2018-2019 conseguiu mais local para colocar um apiário; - Teve mais informações, mas o preço caiu para R\$ 6,60-7,00 - Além da perda de 35 caixas pelos venenos; Trabalho inédito na região, nunca tivemos na região; - Agregou ao grupo e diversificou, plantou a semente do “Dia do Mel na Praça”, com Deus na mente e no coração nos capacita; - Existe a necessidade de se trabalhar em conjunto os produtores de grãos e as empresas ligadas a cadeia do

agronegócio para a conscientização referente do uso da agroquímica; - A URI não deu seguimento no laboratório e nem na produção de rainhas; - Foi uma pena ter acabado; - Devia ter continuado; - Mais beneficiados se tivesse mais uma empresa (aumento da concorrência);

**Classificação = Grande apicultor (201 a + caixas):**

- É apicultor migratório, não foi ao APL e não teve ação por causa de que não tem associação; - Faltou alguém que assumisse, poucos vivem da apicultura como 1ª atividade; - Perdeu 32 caixas e a análise foi do Fipronil, acusou no favo, na cria e no mel; - Outubro e novembro é o período de dessecar a lavoura, disse que financiou caixas de abelhas; - O 2.4D afeta o mel e o favo, dá um tipo de “ferrugem” no mel, diz que não mata a abelha; - Está repassando o mel produzido para o Apiário Padre de Assis e o intermediário Celso, a recente venda foram 22 tonéis; - Perguntei o que teria que fazer o APL? Respondeu não sabe; - A prefeitura NES deveria fornecer um local e projeto para fazer a associação, com organização; - A associação deveria ter fomento e alguém para assumir em NES; - Em Nova Esperança do Sul tem aqui criadores de abelha sem curso, sem nada, aqui o apicultor não é padronizado; - O 1º mel de setembro não está contaminado, depois aparece o Glifosato; - Restrição de compradores da Alemanha com méis contendo o Glifosato, (secante de ervas daninhas na cultura da soja), mais no início da primavera; - Mortandade de apiários nos cerros até a cidade de Mata; - Pessoas passaram mal, com vômito, mal estar, teve uns quantos; - Um doutor da cidade atendeu 50 pessoas, diziam que era andaço, mas ninguém quis ajudar para o exame toxológico (Após foram identificadas quatro substâncias nas amostras coletadas); - Tem que processar as fábricas; - O veneno é para colocar na semente e colocaram misturado no secante e pulverizado via aérea, (Errado); - Inclusive pelo representante da empresa que veio em reunião que ocorreu no Sindicato Rural em 13 de novembro de 2018, disse; - A ocorrência foi em final de outubro 2018; - Jovem apicultor, o apicultor buscou ter mais contatos com produtores rurais, lavoureiros; - Comunicam o uso do manejo com boas práticas, antecipando aos manejos de herbicidas e inseticidas; - A partir de 2018-2019 o mel é claro, bom para o comércio interno, mas mudou o cenário: as condições climáticas, o preço (variação a menor 100%), ou seja R\$ 5,00 o quilo, comércio e aumento de uso de agrotóxicos; - Venenos tem produtos que não precisa, o problema é que os pequenos agricultores compram venenos do Uruguai (não tem fiscalização); - O apoio ao financiamento está bom, outras coisas não; - Morreu muita abelha com o envenenamento do mel, o APL, pouco participou; - Alguma coisa sempre ajuda nos cursos; - Hoje o preço está ruim; - O mel do Uruguai e Argentina está contaminado com antibióticos e Amitraz; - É feirante, e tem ameaça de parar com a atividade por causa dos venenos; - O APL necessita apoiar a legislação com a GTA - Guia de Trânsito Animal- eletrônica, online; - Foco na mortandade das abelhas, nos venenos do exterior; - É investidor, empreendedor; - Faz dinheiro e depois investe;

**Classificação = Governança APL:**

- Há necessidade de educação dos agrotóxicos para a parceria dos apicultores, governo e sojicultores; - A lavoura no RGS é uma potência, o montante é enorme; - A apicultura é pequena atividade, só que a apicultura contribui muito para a lavoura; - Tem que integrar o apicultor com sojicultor, as práticas da soja com apicultura; - Se nós trabalhar com a abelha e participar da lavoura de soja, aumenta a produtividade da soja

em 3 a 5%; - E contribui para menos poluição na agricultura, nos alimentos; - Há muitas barreiras comerciais externas pelo excesso de produto químico no mel e no alimento oferecido pela saúde; - O manejo correto e uso de produtos homologados não prejudica a apicultura; - Mas o contrabando de venenos é o prejudicial; - Os pequenos sojicultores com pouca disponibilidade financeira e menos informação, busca o produto barato, que afeta a saúde humana e o desaparecimento das abelhas; - O governo deve se envolver nisso, a questão dos agrotóxicos; - Atividade apicultura tem que se firmar, tem que persistir, valorizar o produto; - O apicultor e a apicultura não é só mel; - Tem diversificação na própria apicultura; - Foco na polinização o aprendizador agricultor, o apicultor é difícil; - As parcerias com as empresas, os apicultores tem negócios com as duas empresa, muitos fizeram cursos e treinamentos; - Em SVS tem um facilitado o Presidente do Sindicato Rural; - Há uma rota direta de contrabando do Uruguai, além do uso incorreto como horários, doses e falta de comunicação; - o APL está fortalecido com os eucaliptos para SVS; - Alguns receberam mudas; - O reporte da pesquisa do Jataí, não soube; - O APL apoiou o Seminário organizado pelo IFF-SVS, com foco na mortandade de abelhas, a situação da apicultura e meliponicultura; - O técnico da Emater de Lajeado, Sanderlei foi decisivo; - O público poucos estudantes, apicultores e técnicos; - A informação veio para o gestor que não transmitiu e não houve o treinamento para os funcionários atuais; - Houve a presença de dois representantes das empresas os técnicos Alisson e Técnica Rose, participaram e não informaram a atual responsável a Sra. Mara; - A assistência técnica é custo para a empresa; - Para apicultores e necessita de funcionários para fazer as boas práticas apícolas, a Dra. Iara é prática; - Como sugestão do APL ao Gestor: Um contrato de assistência técnica apícola para a empresa dar assistência técnica; - Argumentou o Gestor que fazem no mel orgânico algo de 70 apicultores; - O STR são parceiros da sociedade de Cacequi, conseguiram verba do Estado R\$ 17.500,00 para ajudar os pequenos apicultores com 80% a fundo perdido; - A Accamel tem Cispoa para comercializar fora de Cacequi e fizeram o curso do Senar de agroindústria; - Em 2016 a apicultura era o carro chefe da propriedade, com R\$ 12 o quilo; - Pai e filho empreendem juntos, a apicultura reduz o êxodo rural; - Em 2018 aumentou os hortifrutí e o mel diminuiu, pelo preço menor, produz tomate, morango, melão e uva de mesa; - Técnico da Emater em Capão do Cipó, não é apicultor, sugeriu o fomento para a abelha sem ferrão;

Fonte: Pesquisa e elaboração no Software Sphinx (2020).

Muitas colaborações nos comentários ocorreram e, novamente, muito foi externalizado sobre a questão dos venenos, agrotóxicos, como um fator de ameaça à atividade. Além disso, muitas sugestões foram válidas e outras que não competem ao APL, no convênio, atuar.

Comentando outro impacto percebido na líder da im-

plementação do APL apicultura, a universidade comunitária, ocorreu na mudança nos entendimentos das políticas públicas com foco no ensino superior, a política em nível federal. A atuação do governo federal fez ações visando diminuir o subsídio ofertado na educação superior privada (e comunitária, uma variante no Rio Grande do Sul - RS) aumentando o desembolso do financiamento dos alunos/familiares, a partir de 2014, em que ocorreram 732.676 contratos, correspondendo a 39% dos ingressantes no ensino superior privado no Brasil, e, em 2017, portanto a redução, ocorrida para 175.940 contratos correspondendo a apenas 10,66% dos contratos dos alunos ingressantes no ensino privado superior, conforme Fernandes Alves (2019), no segmento de universidades privadas (e/ou comunitárias). Pela mudança da política de financiamento estudantil afetou a instituição universitária e os alunos de graduação para acesso ao Fies, e ao mesmo tempo, a maior fonte de receitas dessas universidades, no caso citado, a universidade em questão.

Assim, mudaram as diretrizes da política e aumentaram as exigências, até pela inadimplência informada, o aumento de gastos em valores no financiamento e restrição orçamentária governamental, segundo Fernandes Alves (2019), na qual resultou em menor número de estudantes entrantes nas universidades privadas e comunitárias no RS. Portanto, a comunitária presencial fez ações de redução de custos, repercutindo no desmantelamento das equipes de professores na área para prospectar projetos de fomento externo e do curso de administração, nesta universidade, contribuindo negativamente no aproveitamento de recursos humanos, com demissões e um ciclo de busca por projetos de fomento externo que se encerrou.

Portanto neste escrito, utilizou-se a documentação disponível escrita e falada, na visão de Long (2004), na qual os conhecimentos são moldados pelos domínios das relações sociais e do poder, assim como as possibilidades de manobras dos atores nas políticas públicas propostas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no território. Observou-se que a intervenção do APL fomentado foi acolhida de diferentes formas, muito

aceito, parcialmente aceito, de forma recebida de modo indiferente ou não aceito, entre os diferentes grupos de apicultores, empresas, prefeituras e instituições/entidades que pertencem a essa cadeia produtiva apícola.

Foram identificadas, com as pesquisas nominadas, as pesquisas exploratórias anteriores e as falas dos pesquisados, as questões produtivas, as estruturas e o próprio engajamento social ou não da cadeia produtiva apícola pelos atores.

Porém, observando que a política pública de APLs, no Estado, advém da década de noventa do século XX, com diferentes diretrizes, posto que a política pública deste artigo é resultante de acordos realizados ainda no governo de Sr. Tarso Genro, o APL apicultura é considerado como fomento tardio e, portanto, iniciante tardio nessa política.

O APL apicultura VJ com pouca maturação capacitou-se inicialmente, para um fomento básico, de baixo valor investido. Teve recusado outro projeto, com mais quinze meses, o edital de projetos prioritários de APLs N°05/2016. Em consequência, apesar dessa imaturidade, atingiram-se as principais diretrizes: o reconhecimento e o enquadramento, mas não se aprofundaram alternativas de usufruir as ofertas da política pública estadual.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo visou abordar o APL apicultura na sua proposta de fomento e oferta informacional, aos atores da cadeia apícola do Vale do Jaguari - RS, na qual através das entrevistas verificaram-se as percepções dos trinta e um pesquisados selecionados.

De maneira sucinta, a percepção foi favorável às ações e constatou-se a importância do fomento externo, percebida nas respostas dos atores, sobre o convênio 014/2015. Por outro lado, houve críticas construtivas e outras que não competiam ao APL realizar, citando-se a questão de oportunizar verba a fundo perdido, que não

era o objetivo do convênio.

Nas relações sociais, o saldo positivo foi a oportunidade de agregar aos apicultores informações, tecnologias atualizadas, reuniões de discussões profícuas para a atividade, também pelo conhecimento ofertado com a oportunidade de o apicultor ter maior produtividade e alguns poucos apicultores iniciaram a empreender. Outro ganho parcial foi a adesão ao Dia do Mel na Praça em dois anos seguidos 2016-2017, principalmente nos municípios em Cacequi, Mata, Santiago e São Vicente do Sul, para uma ideia inicial de apicultura com abordagem territorial. Outros municípios pouco aderiram ou não aderiram.

Houve maior divulgação e ocorreu maior oferta de crédito, pelas parceiras e pertencentes da governança do APL: a Sicredi Vale do Jaguari – RS e intermediação de projetos através da Emater/Ascar regional, sendo disponibilizados dezesseis vezes mais créditos de custeio e investimentos apícolas, em reais, no período 2017-2018, no final do convênio, do que o período de 2014/2015 o início do APL. O valor disponibilizado de crédito apícola pela Sicredi e a intermediação da Emater foi aproximadamente quatro vezes maior em volume de dinheiro circulante no território, no comparativo do aporte do convênio pelo Governo Estadual/Banco Mundial, no investimento do convênio.

Constatou-se, porém, uma intenção romantizada de cooperativismo, mas, na prática, algumas cooperativas, inclusive do mel em Santiago, foram à falência, com ônus aos cooperativados. Nisto e outros exemplos negativos do cooperativismo no território, o cooperativismo não vingou.

As associações existem até aumentaram no período do convênio, fator positivo, do fomento externo. Porém, muito citado, a questão do individualismo dos apicultores, chegando até ser negativamente cultural no território. Até pelas más experiências anteriores do cooperativismo, e nas associações, algumas frustrações em relação a ações individualistas de apicultores com poder e uso para benefício próprio, ou benefício de al-

guns “amigos”, ou o individualismo “urso”, predatório da atividade apícola. Também foi verificado o fato de alguns apicultores estarem desgostosos com as ações das empresas no território, ou falta de ação destas e preços ligeiramente menores, ocorrendo a venda para fora do estado do Rio Grande do Sul, não agregando valor ao território, nem à cadeia apícola local.

Em relação às diretrizes da Lei Estadual nº 13.839/11 que instituiu o Núcleo Estadual de Ações Transversais (Neat-RS), e Decreto Estadual nº 48.936/12 dos APLs atingiu-se o êxito: o enquadramento e o reconhecimento do APL. Todavia, por ser um APL novo, com pouca experiência e tardio no acesso às políticas públicas, pouco explorou as outras oportunidades ofertadas nas políticas públicas.

Ademais, o artigo possibilitou estudos sobre uma cadeia produtiva apícola, análise das relações sociais, utilizando a Perspectiva Orientada aos Atores, e a entrevista semiestruturada para “saber escutar é fundamental na construção do conhecimento territorial” como citou Saquet (2019, p.32).

Portanto, a política pública dos APLs no Rio Grande do Sul, na prática, existia no governo do Sr. Tarso Genro, após ainda com verba, mais já terminando no governo do Sr. José Ivo Sartori que foi desestruturando, remanejando os técnicos visando à diminuição paulatina da aplicação da política pública, que existia na lei, mas não mais com verbas suplementares e complementares.

Em detrimento de crises econômicas-fiscais do Governo Federal e Governo Estadual a política pública de APLs declinou. Atualmente, no governo do Sr. Eduardo Leite, com extrema restrição econômica-fiscal, e devido à pandemia de Covid-19, encerrou-se por completo o ciclo de fomento externo. Os APLs antigos que puderam organizar-se e autos sustentar podem continuar existindo com esforço e inovação. Os APLs iniciantes, que não se estruturaram, ficam com os ganhos conseguidos, porém voltam aos estágios anteriores com pouca atividade ou declinam.

## 6 REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, Sérgio L.; BÜTTENBENDER, Pedro L.; SIEDENBERG, Dieter R. Detalhamento de um modelo de planejamento estratégico territorial. In: SIEDENBERG, Dieter R.(Org.). Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico local/regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 66-69, 2010.

BALLIVIÁN, José M. P. Palazuelos et al. Abelhas Nativas sem ferrão. José M. P. Palazuelos Ballivián (Org.). São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2008. 128 p.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Carlos A. Territórios & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

COUTO, Regina Helena Nogueira; COUTO, Leomam Almeida. Apicultura: manejo e produtos. 3 Ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193 p.

COVAS, Antônio. Manuel. A.; COVAS, Maria das Mercedes C. M. Em busca de uma racionalidade territorial multiníveis nos processos de governança regional: o exemplo da região de Algarve. DRd - Desenvolvimento Regional em Debate, Ano 3, n.2, p.66-85, jul./dez. 2013.

DANTAS, Camila Gomes et al. Apitoxina: coleta composição química, propriedades biológicas e atividades terapêuticas. Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais, v.4, n.2, jun. - nov., 2013. Doi: <https://doi.org/10.17124/2013.v4n2.1000>

org/10.6008/ESS2179-6858.2013.002.0009

DIAS; Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro. Territorialização de políticas públicas, processo ou abordagem? Revista Portuguesa de Estudos Regionais, nº55. p.47-60, 2020.

ECHEVERRI, Rafael. A gestão social dos territórios: o desafio da multidimensionalidade. In: ARAÚJO, T. B. Gestão social dos territórios. Tânia Bacelar [et al.]. Desenvolvimento Rural Sustentável, v.10, p. 25-34. Brasília: IICA, 2009.

FAVARETO; Arilson; SCHRODER, Monica. Do território como "ator" ao território como "campo": uma análise da introdução da abordagem territorial na política. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., Londrina. Anais..., Londrina: Sober, 2007.

FAVARETO, Arilson. et al. Territórios importam: bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. Revista em Gestão, Inovação e sustentabilidade. Brasília, v.1, n.1, p.14 – 46, dez. 2015.

FERNANDES ALVES; Danúbia. O impacto do Financiamento Estudantil – FIES nas metas 12 e 20 do Plano Nacional de Educação (2014 – 2024). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília. Brasília, 2019. 125 p.

FUINI, Lucas Labigalini. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. Interações (Campo Grande) [online]. 2014, vol.15, n.1, p.21-34. ISSN 1518-7012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100003>

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de Políticas Públicas: perspectivas analíticas. Revista de Sociologia e Política, vol.21, n. 48, p.101-110, dez. 2013.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Análise do Desenho das Políticas Públicas de Desenvolvimento Local em Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 2., Brasília. Anais..., Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, v.2, n.2, 2017.

KAPRON, Sérgio. Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 6., Brasília-DF. Anais..., Brasília, 2013.

LONG, Norman (Editor) Encounters at the interface: a perspective on social discontinuities in rural development. Wageningen: Agricultural University Wageningen (Wageningen studies in sociology; 27), 1989.

LONG, Norman. Actors, interfaces and development intervention: meanings, purposes and powers. In: KONTINEN, Tiina (Ed.). Development Intervention: actor and activity perspectives. Helsinki: Heisngfors, p.14-40., 2004. Disponível em: [https://www.academia.edu/942052/Development\\_Intervention\\_Actor\\_and\\_Activity\\_Perspectives](https://www.academia.edu/942052/Development_Intervention_Actor_and_Activity_Perspectives). Acesso: 10 maio, 2019.

LONG, Norman. Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada em el actor. El Colegio de San Luís/ CIESAS, San Luís de Potosí/México, 2007.

LONG, Norman; PLOEG, Jan Douwe van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). Os atores de desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LOTTA, Gabriela; FAVARETO; Arilson Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v.24, n.57, p.49-65, mar. 2016.

NAVARRO; Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados* 15 (43), 2001. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>

NOGUEIRA-NETO, Paulo. Vida e Criação de Abelhas indígenas sem ferrão. São Paulo: Editora Nogueirapis, 1997. 445 p.

OLIVEIRA, Carlos Douglas; PERFÁN, Myreya Eugênia; CONTERATO, Marcelo Antônio. Percepção de atores sociais sobre gestão estratégica e gestão social no âmbito da política de desenvolvimento territorial no Brasil. *DRd - Desenvolvimento Regional em Debate*, Ano 3, n. 2, p. 154-175, jul./dez. 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. *Resgate – vol. XIX*, n.12, p.5-15, jan./jun. 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas do desenvolvimento. *IGEPEC*, Toledo v. 23, n.1, p. 23-39, 2019. Edição especial.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos. 2ªed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio. Os atores entram em cena. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (Orgs.). Os atores de desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. P. 11 a 17. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes*, Vol. 23, n.1 e 2, p.99-116, jan-dez., 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n.11, p. 88-125, jan.-jun., 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Versão ampliada do trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, 20-24 ago., 2007.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Cera de abelha: um novo negócio para o pequeno produtor. 2016. Disponível: <https://www.sna.agr.br/cera-de-abelha-um-novo-negocio-para-o-pequeno-produtor/>. Acesso: 10 jun. 2020.

TATSCH, Ana Lúcia; RUFFONI, Janaína; BATISTI, Vanessa de Souza.; GOSTINSKI, Marcelo; SPAT, Marilise Dorneles. Política para APLs no RS: critérios e arranjos selecionados para apoio. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 31, Número Especial, p. 703-740, jun. 2011.

WITTER, Sídia; NUNES-SILVA, Patrícia; BLOCHTEIN, Betina (Orgs). Abelhas na Polinização da Canola: benefícios ambientais e econômicos. Porto Alegre: EDIPURS, 2014.